



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 004/17, DE 25 DE JANEIRO DE 2017

Acrescenta artigos à Lei n.º 468/11 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei n.º 468/11 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para os efeitos desta Lei considera-se:

I –

II –

III –

IV –

V –

VI – referência: é a posição do servidor na escala de vencimento do cargo, identificada pelas letras A, B, C, D e E, estabelecido pelo interstício de 02 (dois) anos, correspondente ao tempo de efetivo exercício, denominada progressão horizontal no percentual de 2% (dois por cento);

VII – padrão: é a posição do servidor na escala de vencimento do cargo, identificada pelos algarismos arábicos 1, 2, 3 e 4, estabelecido pelo interstício de 10 (dez) anos correspondente ao tempo de efetivo exercício, denominada progressão vertical no percentual de 10% (dez por cento).

“Art. 11 -

“Art. 11A - O servidor público efetivo, pertencente ao quadro do Poder Legislativo, após 05 (cinco) anos de efetivo exercício, fará jus à percepção de 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento, a título de adicional por tempo de serviço.

§1º O adicional por tempo de serviço é devido somente a detentor de cargo efetivo e será concedido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.

§2º O servidor detentor de cargo efetivo que estiver ocupando cargo comissionado, ou exercendo uma função de confiança, fará jus ao adicional mencionado no caput deste artigo com base no vencimento de seu cargo efetivo.



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

§3º O adicional será sempre atualizado, acompanhando, automaticamente, as modificações do vencimento (salário base) do servidor.


§4º Quando da passagem do funcionário à inatividade a incorporação da gratificação adicional será integral.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Formosa, 25 de janeiro de 2017.


LUZIANO MARTINS DE ARAUJO
Presidente

JURANDIR HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA
Vice-presidente


ROBERTA SOARES DE BRITO
1ª Secretária

CARLOS GOMES DE MOURA
2º Secretário


ACINEMAR GONÇALVES COSTA
3º Secretário


ALMIRO FRANCISCO GOMES
Vereador


ARISTÓTELES DE LACERDA NETO
Vereador

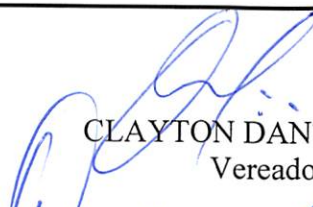


BRUNO ROGÉRIO DE ARAÚJO
Vereador



ESTADO DE GOIÁS


PODER LEGISLATIVO

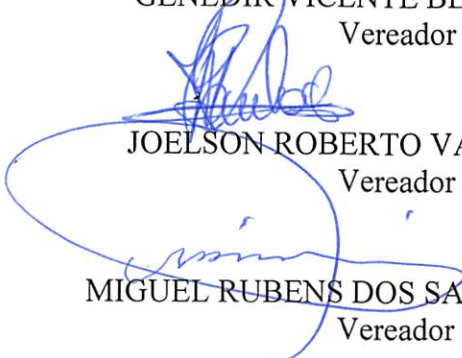
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA



CLAYTON DANTAS DIAS
Vereador

DOMINGOS DE SENA LOPES FILHO
Vereador

EDMUNDO NUNES DOURADO
Vereador


EDUARDO LEONEL DE PAIVA
Vereador


GENEDIR VICENTE BENETTI RIBAS
Vereador


JOELSON ROBERTO VAZ SANTIAGO
Vereador


MIGUEL RUBENS DOS SANTOS OLIVEIRA
Vereador

RAFAEL DE ALMEIDA BARROS
Vereador


WENNER PATRICK DE SOUSA
Vereador



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

JUSTIFICATIVA

Em razão da instabilidade no Poder Executivo e de possíveis cortes atingindo o funcionalismo público, os servidores desta Casa de Leis pleiteiam a aprovação este Projeto de Lei que resguardará direitos adquiridos como a percepção do quinquênio e progressões na carreira.

Nesse sentido, o projeto manterá direitos que os servidores da Câmara já possuem, não gerando gastos extras para o órgão.